

GRAMSCI: SOCIALISMO E DEMOCRACIA

Lia Freitas Cavalcante¹

Sumário: Introdução; 1. As origens do pensamento de Gramsci; 2. A questão meridional e a idéia de bloco histórico; 3. Sociedade civil: lugar de conquista da hegemonia; 4. Democracia, ideologia e hegemonia; 5. Ocidente e Oriente – Guerra de posição e guerra de movimento; 6. Estado Ampliado; 7. Fim do Estado e sociedade regulada; 8. Considerações finais; Referências bibliográficas.

Introdução

Gramsci costuma ser referido como um dos mais brilhantes atualizadores do marxismo² no século XX. Não se trata de um exagero. A trajetória intelectual e política deste italiano da Sardenha é profundamente marcante. Alguns homens têm a capacidade de examinar seu próprio tempo com sensatez e acuidade; Gramsci não apenas examinou seu tempo desta forma, como teve a habilidade de transcendê-lo. Pôde identificar e indicar uma práxis não determinada, mas possível de a ser construída.

Vindo de uma família de poucas posses, originária do Sul da Itália, Gramsci se estabelece em Turim, a fim de cursar a Universidade. Nesta

¹ Mestranda em Direito no CPGD-UFSC. Área de concentração Instituições Jurídico-Políticas. Artigo apresentado para a avaliação final da disciplina Teoria Política.

² Considerando marxistas aqueles autores que têm por matriz epistemológica o materialismo histórico, e que desenvolvem seu pensamento a partir das idéias de Marx. Neste sentido, não há porque questionar a qualificação de Gramsci como marxista. Tal ressalva faz-se necessária porque há muitas formas de compreender o marxismo e, por que não, muitos ‘marxismos’, dado que Karl Marx é um dos autores mais estudados e mais controversos da contemporaneidade. É interessante a posição de Luiz Werneck Viana na apresentação da edição brasileira de *O Conceito de Hegemonia em Gramsci* (VIANA *apud* GRUPPI: 1978; VI-VII): “(o marxismo) constitui acima de tudo uma práxis orientada para a transformação da sociedade, concebida no tempo da dominação do modo de produção capitalista, com vistas a preparar e conduzir o surto de uma sociedade sem classes” Talvez surto não seja exatamente uma expressão gramsciana, mas, continua-se “Será marxista a práxis que formular a um só tempo o sistema de leis do processo objetivo e contraditório em curso e o programa de ação transformadora para a vontade coletiva interessada numa outra forma de convivência social”.

época, a preocupação com a questão regional e as discussões sobre as diferenças econômicas e sociais entre o Norte e o Sul do país foram o ponto de contato de Gramsci com as idéias socialistas que já florescia na cidade. Esse contato com o socialismo dá-se, especialmente, na relação que desenvolve com o movimento operário. E isto é extremamente relevante, porque nunca pode ser esquecido, no estudo de Gramsci, que seu pensamento desenvolve-se, desde esta época, no contato permanente com a práxis. Em Turim, Gramsci conhece e convive com quem lhe acompanharão na militância durante toda a vida. Com o trabalho realizado nesta cidade, Gramsci começa a se tornar cada vez mais presente e importante no Partido Socialista Italiano, ocupando altos postos.

Reflexão e militância estiveram juntas desde cedo em Gramsci; para ele, a filosofia havia de ser uma filosofia da práxis, a fim de responder de forma coerente e relevante às questões sociais. Sua militância era, pois, imbuída de reflexão.

A ascensão do fascismo na Itália fez com que, como parlamentar e presidente do Partido Comunista Italiano (PCI), fosse preso, julgado e condenado a vinte anos de prisão por crime político. Gramsci acreditou que a imunidade parlamentar o protegeria da perseguição fascista, erro de avaliação que lhe custou muito caro. Ao prendê-lo, o fascismo tinha um objetivo muito claro: fazer com que Gramsci parasse de refletir, ou, pelo menos, fazer com que suas reflexões sobre a ordem do mundo não mais fossem ouvidas (COUTINHO: 1999;78).

Com a prisão, Gramsci nunca mais voltou a ser um problema para o fascismo. Mas a autorização que conseguiu, em meados de 1929, para escrever, fez com que sua passagem pelo cárcere fosse extremamente rica e fecunda no aspecto intelectual. Seus escritos só vieram a público após a Segunda Grande Guerra, e apenas tornaram-se largamente conhecidos fora da Itália, a partir da década de sessenta. A prisão o impediu de combater o fascismo, mas suas reflexões alimentaram o combate contra qualquer tipo de autoritarismo, mesmo muito tempo depois da queda de seu opressor direto.

Assim, pode-se dizer que o encarceramento foi extremamente frutífero para o desenvolvimento teórico gramsciano (mesmo que não se possa

esquecer que teve um efeito devastador sobre sua saúde), pois manteve o pensador afastado dos problemas da política do dia-a-dia, que ele tanto desprezava, considerando que afastavam os homens das reflexões e considerações efetivamente relevantes, e lhe concedeu o tempo necessário para desenvolver suas reflexões sobre a política real. Em razão da prisão, Gramsci não precisou envolver-se profundamente com as questões internas do PCI, nem com os problemas do comunismo internacional, agora já profundamente marcado pelas controvérsias levantadas pelo stalinismo, ainda que não se tenha eximido de criticar, mesmo que indiretamente esta deturpação do pensamento comunista (COUTINHO: 1999;137).

Gramsci atualizou o pensamento marxista. Fora da política cotidiana, encarcerado, com acesso a poucas obras, foi capaz de fazer análises que os comunistas de então só reputariam corretas publicamente décadas depois. Foi um autor de profunda sensibilidade para as necessidades humanas. Talvez por vir de uma região pobre da Itália, e por viver numa época de euforia em virtude da Revolução Bolchevique, Gramsci compreendeu claramente que o marxismo não poderia ser o mesmo em todas as épocas e em todos os lugares, e procurou, acima de tudo, empreender formas de alcançar o comunismo que respeitassem as peculiaridades de cada país e de cada fase do desenvolvimento econômico.

Se há um consenso entre os estudiosos de Gramsci, este consenso é o de que ele foi essencialmente antidogmático; pode-se afirmar, então, que precisamente esse antidogmatismo permitiu que ele compreendesse com singularidade o pensamento de Marx. Trata-se acima de tudo de um escritor atual, como expõe brilhantemente Carlos Nelson Coutinho (1998;15), um escritor para o século XXI.

1. As origens do pensamento de Gramsci

Dois autores costumam ser citados como a principal fonte de inspiração de Gramsci, o italiano Benedetto Croce e o russo Vladimir Ilitch Ulianov Lênin. Não foram os únicos a influenciar Gramsci, mas foram, sem dúvida, seus mais importantes pontos de partida. Croce é a influên-

cia mais marcante da juventude de Gramsci, da época em que chega a Turim e começa a freqüentar os círculos universitários, nos quais a influência de Croce está em franca ascensão. Lênin aumenta sua influência sobre o italiano na época da maturidade, quando este já é um importante quadro do Partido Socialista Italiano.

Croce nunca foi um marxista, ao contrário, era um idealista, tornando-se mais e mais antimarxista no decorrer dos anos. Abriu, no entanto, as portas do estudo da filosofia para Gramsci, que acreditou, por um bom tempo, que a assimilação crítica de seu conterrâneo poderia embasar o marxismo italiano (KOLAKOWSKI:1974; 220). Toda a geração de Gramsci foi influenciada por Croce, no qual o pensador marxista encontrou um forte antipositivismo que ia perfeitamente ao encontro de suas idéias. Sim, pois naquela época imperava o positivismo, o cientificismo, a deificação do progresso tecnológico; e Croce, neo-hegeliano, introduz a crítica a tudo isso, introduz um retorno ao humanismo, reabilita o poder da vontade, do querer. O que Gramsci considerava fundamental em Croce era o seu secularismo, seu antipositivismo e a sua perspectiva histórica rigorosa. Para Croce, a história não tinha uma direção única, pré-determinada, e era extremamente relevante para a compreensão do desenrolar humano. Em tudo isso, Croce era uma fonte rica para Gramsci, que concordava com essas idéias.

Este foi o Croce assimilado por Gramsci, o Croce, que pelo seu antipositivismo, abre novas possibilidades, dá elementos para que Gramsci negue fortemente o cientificismo, a ditadura dos fatos. É ainda a influência intelectual de Croce, segundo o próprio Gramsci, que permite a apreensão dos elementos cultural e de reflexão como parte do domínio político, compreensão essa fundamental para o desenvolvimento do conceito de hegemonia (GRAMSCI:1999a; 283). Também o Croce que defende o poder da vontade, a participação do homem na história, desenvolve a produção intelectual gramsciana. Há, porém, um outro Croce que inspira Gramsci porque é uma fecunda fonte de críticas. Isto fica bem claro no Caderno 11 de sua obra carcerária (GRAMSCI: 1999a; 85-224). Croce é apresentado como um revisionista, um conservador, como responsável pelo abandono das questões nacionais pelos intelectuais italianos; vários de seus trabalhos são

criticados, em especial, por não dar a devida atenção à relação entre importantes acontecimentos da história da Europa do séc. XIX.³

Gramsci afirma que Croce deverá ser estudado partindo-se do que efetivamente produziu, e não considerando os enquadramentos que ele oferece a si mesmo.

Croce foi ainda o caminho pelo qual Gramsci recebeu uma pequena influência de Antônio Labriola, o qual pode ser considerado como o mais importante marxista italiano da segunda metade do século XIX. Não obstante a importância de Labriola, suas idéias não eram muito aceitas entre os membros do PSI, em razão de sua aproximação com o ideário da Segunda Internacional. Assim, sua influência foi maior sobre Croce e seu colega Giovanni Gentile, através dos quais chegou a Gramsci, do que sobre os socialistas italianos em geral.

A outra grande influência no pensamento de Gramsci, como foi dito anteriormente, foi o russo Lênin. Gramsci foi enviado, no início dos anos de 1920, pelo Partido Socialista Italiano (PSI), para uma temporada na URSS, ocasião em que pôde, entre outras atividades, aprofundar sua relação com o pensamento de Lênin.

Sem dúvida alguma, são muitas as idéias de Lênin a que Gramsci confere atenção, aprofundando-as e desenvolvendo-as. As reflexões sobre hegemonia, sobre a relação Ocidente e Oriente, sobre a idéia de Revolução, sobre a importância da organização do proletariado, sobre os conselhos operários, etc. A interrelação permanente entre teoria e prática na obra do próprio Lênin é um ponto de congruência entre este e Gramsci.

Tendo uma idéia do pensamento destes dois autores, fica mais simples compreender Gramsci. Quem é Gramsci. De onde fala. Um autor do

³ A crítica de Gramsci mostra-se já no elenco inicial do pensamento de Croce. Pelas perguntas colocadas, fica claro quanto o pensamento de Gramsci diverge do de Croce: "A história da Europa vista como 'revolução passiva'. É possível fazer uma história da Europa no século XIX sem tratar organicamente da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas? E é possível fazer-se uma história da Itália na época moderna sem as lutas do Risorgimento? Em um e em outro caso, por razões extrínsecas e tendenciosas, Croce prescinde do momento da luta, no qual a estrutura é elaborada e modificada, e assume placidamente como história o momento da expansão cultural ou momento ético-político. Tem um significado 'atual' a concepção de 'revolução passiva'? Estamos num período de 'restauração-revolução' a instituir permanentemente, a organizar ideologicamente, a exaltar liricamente? A Itália teria com a URSS a mesma relação que a Alemanha (e a Europa) de Kant-Hegel teriam com a França de Robespierre-Napoleão?" (GRAMSCI:1999a; 281).

começo do século XX, vindo de uma região agrária e oprimida, o Sul da Itália; vivendo numa cidade altamente industrializada para a época, Turim, repleta de operários; preocupado com a desigualdade e com a opressão desde cedo (COUTINHO:1999; 8); este é Gramsci. Um autor que combate o positivismo, o determinismo economicista, o cientificismo; defende uma filosofia calcada na prática, a importância da vontade.

O pensamento de Gramsci não correspondia ao pensamento hegemônico de sua época, nem mesmo entre os marxistas. No começo do século XX, predominava a idéia de que o socialismo chegaria pelas contradições do capitalismo, inevitavelmente. O socialismo chegaria pelo progresso das forças produtivas, que acabariam implodindo o sistema econômico, e os operários deveriam estar organizados para, no grande dia, ascender ao poder. Esta era a filosofia predominante na Segunda Internacional. Na Itália não era muito diferente, reinava entre os socialistas o maximalismo;⁴ a função dos socialistas era interpretar a história, não construí-la, tanto é assim, que autores chegaram a mencionar Marx como o Darwin do pensamento social.

Gramsci nunca aceitou essa interpretação como correta, não por ser dogmático em relação ao marxismo, mas porque se tratava de uma interpretação fundamentalmente em desacordo com a essência de uma filosofia da práxis libertadora, contrastante com o que considerava a essência do marxismo, ou seja, a dialética, a filosofia da práxis, o homem inserido na história, participante da história, condutor da história. Aceitar a inevitabilidade da revolução socialista era determinante da forma como o PSI portava-se à época: imobilista, fatalista, paciente na esperança da chegada do momento triunfal, e, por que não, o mais grave, conivente (COUTINHO: 1999; 12-13).

Para Gramsci, não há dúvida de que o capitalismo é prenhe de contradições, não há porque contestar que cedo ou tarde deverá passar por transformações; o que não é evidente é que essas transformações levem necessa-

⁴ "O maximalismo é uma concepção fatalista e mecanicista da doutrina de Marx. (...) É inelutável que o proletariado vença. É inútil que a gente se mova: para que se mover e lutar, se a vitória é fatal e inelutável? E um maximalista pode estar (...) também no Partido Comunista. Também nesse caso ele crê que seja se movimentar e lutar no cotidiano; ele se limita a esperar o grande dia. As massas têm de vir até nós, diz ele, porque a situação objetiva as impulsiona para a Revolução. Portanto, vamos esperar por elas sem tantas histórias de manobras táticas e de expedientes do gênero." (GRAMSCI *apud* COUTINHO: 1999; 56).

riamente ao socialismo. Sendo assim, Gramsci não pode concordar com a interpretação fatalista das reflexões de Marx. Até porque, pela concepção que Gramsci tem do ser humano, não há como perceber uma história que se passa ao largo do homem e da mulher.

A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma “natureza humana” abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência), mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os métodos da filologia e da crítica. Portanto, a ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento. (GRAMSCI:1999a;56.)

Compreende-se, nesta afirmação, que o ser humano é, para Gramsci, um ser ativo, que tem as rédeas da história em suas mãos, e isto é totalmente coerente com o pensamento político que o autor desenvolve: a necessidade da classe operária ser hegemônica, o desenvolvimento de um pensamento genuinamente operário, a preocupação com a cultura, a determinação de estratégias diferentes para chegar ao poder, etc.

As contradições do capitalismo abrem muitas perspectivas, inclusive a perspectiva de restauração, de reformismo⁵ (que é o que tem predomina-

⁵ “O Socialismo reformista se define em relação ao socialismo revolucionário, mas a linha que os divide não é fácil de traçar, visto que nem sempre as reformas são sustentadas para evitar a revolução, nem a revolução está sempre ligada ao uso da violência”. Assim se apresenta, no Dicionário de Política de Norberto BOBBIO (1999), o conceito de reformismo, em contraposição ao socialismo revolucionário; mais conceitualmente, afirma-se: “Reformista é, pelo contrário, o movimento que visa a melhorar e a aperfeiçoar, talvez até radicalmente, mas nunca a destruir o ordenamento existente, pois considera valores absolutos da civilização os princípios em que ele se baseia, mesmo que sejam numerosas e ásperas as críticas que, em situações particulares, se possa dirigir ao modo concreto como tais princípios se traduzem na prática”. Quando se fala em princípios, e isso fica explícito no decorrer do texto, é que se percebe o que de fato caracteriza o Reformismo: o apego à democracia liberal (é possível dizer, então, à democracia representativa), à liberdade individual e uma relação “tranqüila” com o capitalismo. Até aqui, creio que o Reformismo fica bem caracterizado, almejam-se reforma e humanização do capitalismo, mas sua superação não é algo necessário. O autor do verbete indica que, para os reformistas, qualquer melhoria no modo de vida da população é um ganho, e deve ser desejada; afirma, a seguir, que para os socialistas revolucionários, ao contrário, quanto pior, melhor. Tal observação, absurda em relação ao marxismo em geral, é sem dúvida totalmente incoerente com o marxismo de matriz gramsciana. Mas a idéia de reformismo como uma postura passiva e, em última instância, conivente com a exploração capitalista, na medida em que

do no último século), o socialismo é **uma** das possibilidades e, como tal, não será instaurado por obra e graça do divino destino, mas como resultado da luta permanente da classe operária.

O exemplo, sempre presente, de que não há determinismo na história, nem no socialismo, é o exemplo da Revolução Russa: não havia capitalismo em fase avançada, não havia classe operária forte e extremamente organizada, ao contrário, tratava-se de um país feudal, eminentemente agrário, e foi lá mesmo que a Revolução aconteceu, antes de acontecer em qualquer um dos países industrializados da Europa Ocidental. Aconteceu e tornou a Rússia em União Soviética, e esta em uma das potências econômicas e bélicas do século XX. Não significa, porém, que Gramsci acreditasse que a vontade é a força mais poderosa que existe, e isso é muito bem colocado por Kolakowski:

(...) a recusa do determinismo não significa, assim, que em qualquer situação a força de vontade humana pode alcançar o que deseja ou que não esteja submetida a limite algum. No entanto, a questão de qual dos vários desenvolvimentos possíveis terá lugar não está definida por nenhuma lei histórica, pois a história não é nada senão a práxis humana, e, portanto, inclui a vontade”⁶ (tradução da autora).

não contesta, nem almeja à substituição dos valores burgueses, está totalmente em consonância com as críticas feitas por Gramsci e seus correligionários do PCI na década de 20. No Dicionário do Pensamento Marxista, o verbete referente ao Reformismo indica que os reformistas são, sim, socialistas, mas é obrigado a reconhecer, poucas linhas abaixo, que costumam muito facilmente ser cooptados pela burguesia e abandonam a luta efetiva pela constituição do socialismo: “É importante reconhecer que os socialistas insurrecionários e os reformistas não discordam quanto à necessidade do socialismo. Sua discordância tem como base a maneira de chegar ao socialismo e, como aspectos correlatos, ‘a escala e a extensão da transformação econômica e social imediata’ (MILIBAND:1977;78) que essa transição necessariamente exige.” Continuando: “Embora popular, o reformismo não deixa de ter seus problemas, dos quais os mais graves são a propensão, que parece inexorável, dos partidos reformistas a escorregarem do empenho na luta pelo socialismo para a busca menos árdua de reformas sociais e de vantagens eleitorais dentro do capitalismo e as dificuldades que até mesmo os reformistas mais decididos enfrentam para dismantelar gradualmente o capitalismo sem precipitar a violência reacionária” (BOTTOMORE: 1988; 313-314).

⁶ “el rechazo do determinismo no significa así que en cualquier situación la fuerza de voluntad humana puede alcanzar lo que desee y no está sometida a límite alguno. Pero la cuestión de cuál de los varios desarrollos posibles tendrá lugar no está prejuzgada por ninguna ley histórica, pues la historia no es nada sino la praxis humana, y por tanto incluye la voluntad”. (KOLAKOWSKI: 1974; 229.)

Outra característica do pensamento de Gramsci é o antieconomicismo. Antes de mais nada, ele crítica a confusão entre economicismo e filosofia da práxis, muito comum nas duas primeiras décadas do século XX: “Muitas vezes acontece que se combate o economicismo histórico pensando combater o materialismo histórico” (GRAMSCI: 1999a; 51). Continua, comentando um artigo publicado no *Avenir*: “O artigo contém em poucas linhas uma grande parte dos temas mais banais da polêmica contra a filosofia da práxis, mas, na realidade, a polêmica é contra o economicismo destrambelhado de tipo loriano” (GRAMSCI: 1999a; 52).

Gramsci apresenta dois pontos que considera marcantes do economicismo histórico e que ajudam a esclarecer suas deficiências. O primeiro ponto é que não se leva em consideração a diferença de importância entre o que é permanente e o que é ocasional, entre o que é orgânico e o que é contingente. Mistura-se o efêmero e o consolidado, de modo que são levados em consideração, como se não houvesse diferença entre eles. Ora, é preciso ter claro o que é essencial na estrutura e o que só está lá por circunstância.⁷ O segundo ponto importante é que a noção de desenvolvimento econômico é reduzida a modificações técnicas, desenvolvimento econômico é equiparado a transformações e descobertas de cunho científico. Ora, partindo destas características do economicismo histórico, fica mais claro o quanto é simples reducionismo apresentar materialismo histórico e economicismo como sinônimos. A filosofia da práxis é muito mais do que momento estrutural, e Gramsci foi um dos que melhor enfatizou a necessidade de compreender que estrutura e superestrutura equivalem-se em importância. Gramsci adverte ainda para o perigo do economicismo na política:

⁷ “(...) no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. (...) O erro em que se incorre freqüentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediatamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Num caso, tem-se excesso de economicismo ou de doutrinário pedante; no outro, excesso de ideologismo. Num caso, superestimam-se as causas mecânicas; no outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual.” (GRAMSCI: 1999a; 36-37.)

(...) é necessário combater o economicismo não só na teoria da historiografia, mas também, e sobretudo, na teoria e na prática política. Neste campo, a luta pode e deve ser conduzida desenvolvendo-se o conceito de hegemonia, da mesma forma como foi conduzida praticamente no desenvolvimento da teoria do partido político e no desenvolvimento prático da vida de determinados partidos políticos. (GRAMSCI:1999b; 53.)

A partir destas idéias preliminares da formação intelectual de Gramsci, é possível vislumbrar seu pensamento político, os conceitos que trabalha. Conhecendo um pouco as origens do intelectual, seus mestres e as questões que ele se põe, é mais fácil compreender os conceitos que desenvolve, as soluções que apresenta, fica mais claro o todo. Em Gramsci, muitas vezes faz-se distinção entre os escritos anteriores e posteriores à prisão; sem dúvidas há diferenças entre eles, de ângulo de visão, de profundidade, de enfoque. Os escritos do cárcere mesmos são vistos muitas vezes como assistemáticos; alguns, notas a ermo, mas seria uma inverdade intelectual afirmar que o trabalho de Gramsci é incoerente, desconexo. Trata-se de um trabalho profundamente coerente, fundamentalmente atual. Por mais que o autor tenha sido debatido e discutido permanece importante debruçarmo-nos sobre ele, sobre as reflexões e soluções que propõe. Façamos isso.

2. A questão meridional e a idéia de bloco histórico

A obra de Marx é uma crítica ao capitalismo, uma análise da ordem econômica capitalista e da classe que detém os meios de produção e o poder político, a burguesia.⁸ Marx analisa o capitalismo, seu desenvolvimento, seu funcionamento, e deixa claro que se trata de um sistema necessariamente opressor, no qual a classe operária, que possui a força de trabalho, é oprimida, explorada e subjugada pela burguesia. Feito isto, afirma que só a revolução proletária, implementando a ditadura do proletariado, a qual patrocinará a substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade coletiva, será capaz de por fim a este estado das coisas.

⁸ Ver MARX: 1997; 1999; 2000.

Gramsci, como já foi mencionado neste texto, é um marxista, e, como tal, põe-se como problema a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista. O que é inovador em Gramsci é a **forma** como ele propõe essa superação e a construção do socialismo. Primeiro, porque Gramsci, o sardo, tem sempre presente que é preciso uma análise da realidade particular de cada país que é preciso levar em conta as condições objetivas de cada lugar e cada momento histórico; por isso, não é possível dizer que o socialismo virá depois do capitalismo, nem possível dizer que o socialismo realizar-se-á necessariamente. Assim sendo, baseia parte de suas idéias na observação do que melhor conhece, sua Itália, e é contundente ao afirmar que nela não se pode pensar o socialismo sem levar em consideração a questão meridional e a questão vaticana.

A questão meridional é a problemática da relação Norte-Sul na Itália, é a situação de atraso e subdesenvolvimento econômico em que se achava o Sul do país no início do século XX. O Sul, pobre e agrário, mantém-se em condição de submissão em relação ao Norte rico e industrializado, fazendo permanecerem as condições objetivas que viabilizam a manutenção do capitalismo na região. Ao mesmo tempo, é preciso considerar a questão vaticana, o ser crente, religioso e católico da maior parte do campesinato italiano. Gramsci percebe que não há possibilidade de construção do socialismo sem uma sólida aliança entre o operariado e o campesinato, campesinato este eminentemente católico, de identidade profundamente religiosa. Será preciso, pois, ter em conta esta condição de católicos em tudo que ela implica para a construção da aliança. A partir desta situação, Gramsci conclui que o caminho para o socialismo na Itália não é o caminho da revolução armada, nem exige a industrialização do Sul, o que é de fato necessário é que a classe operária, ciente de sua condição de explorada, una-se aos camponeses do Sul, também explorados numa estrutura mais atrasada, formando um novo bloco histórico, no qual o operariado será a classe hegemônica, pelo que se entende classe dominante e dirigente. E é esta hegemonia cultural, o caminho seguro, porém não certo, para a hegemonia política.

Hugues PORTELLI (1998; 47) esclarece que Gramsci entende por bloco histórico a articulação interna de um momento histórico preciso. É necessário que estrutura e superestrutura estejam ligadas organicamente, para garantir a harmonia do bloco, sendo estrutura a base econômica, o conjunto

das forças materiais de produção, e a superestrutura, seu reflexo, formado pela sociedade civil e pela sociedade política. Aqui, na relação entre estrutura e superestrutura, aponta-nos Portelli, está uma das maiores contribuições de Gramsci, pois este não procura a predominância da estrutura sobre a superestrutura, mas afirma que é preciso uma relação orgânica e dialética entre elas, é preciso examinar esta relação para analisar com precisão as forças que atuam na história em determinado período: “É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas” (GRAMSCI: 1999b; 36). E nesta passagem o próprio Gramsci cita Marx no célebre trecho em que coloca que nenhuma sociedade se põe problemas que não tenha condições objetivas para resolver:

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que estes objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para sua realização.

Estrutura e superestrutura evoluem de modo vinculado, organicamente. A evolução da superestrutura dá-se nos limites da estrutura, e depende dos grupos sociais envolvidos nas atividades superestruturais.

Temos um ponto bastante importante aqui. Compreendemos que, para Gramsci, não há predominância da estrutura sobre a superestrutura, mas estas estão organicamente vinculadas, e esta última só pode evoluir nos limites da primeira. A superestrutura não é determinada pela estrutura, mas está condicionada por ela. Sociedade civil e sociedade política formam a superestrutura; cabe a elas, portanto, levar a cabo as transformações possíveis no bloco histórico, dentro dos limites da estrutura existente (PORTELLI:1977; 56.)

Para manter a ligação orgânica entre esta base sócio-econômica e a superestrutura ideológica e política, para Gramsci, é fundamental a participação de uma camada específica da população: a intelectualidade. Só a

presença de intelectuais ligados à classe dirigente será capaz de manter o bloco histórico coeso e impedir crises orgânicas que levarão à sua superação; ou, na perspectiva da transição para o socialismo, a classe proletária deverá contar com intelectuais para construir sua hegemonia, tornando-se classe dirigente e dominante, e provocar uma crise orgânica que leve à transformação social.⁹

No que diz respeito à compreensão da importância de uma camada intelectual para a conquista da hegemonia por determinada classe social, é importante lembrar que Gramsci tem uma compreensão específica do que seja o intelectual, que pode ser qualquer pessoa, até mesmo um analfabeto.¹⁰

3. Sociedade civil, lugar de conquista da hegemonia

Familiarizados com a noção de bloco histórico, cientes da interrelação orgânica necessária entre estrutura e superestrutura, trabalhemos agora os conceitos de sociedade civil e hegemonia.

Uma primeira questão a se colocar é a respeito da originalidade do conceito de hegemonia em Gramsci. Hugues Portelli nos diz que o conceito de hegemonia em Gramsci é, sim, algo original, embora o próprio Gramsci afirme que foi inspirado por Lênin para trabalhar e desenvolver

⁹ “A crise orgânica é uma ruptura entre a estrutura e a superestrutura. É a consequência das contradições agravadas com a evolução da estrutura e a ausência de evolução paralela da superestrutura: ‘A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer’” (PORTELLI: 1977; 104). As crises econômicas não são necessariamente crises orgânicas, dependem, efetivamente, de se atingir ou não com permanência a relação estrutura/ superestrutura. “Nos países de capitalismo avançado, a classe dominante possui reservas políticas e organizativas que não possuía, por exemplo, na Rússia. Isso significa que até mesmo as crises econômicas gravíssimas não têm repercussões imediatas no plano político”. (GRAMSCI apud COUTINHO: 1999; 99).

¹⁰ Carlos Nelson COUTINHO (1999; 174) explica bem claramente: “Todos os membros de um partido devem ser considerados intelectuais”, diz Gramsci; e isso não pelo nível de sua erudição, mas pela função que exercem por meio do partido, função “que é dirigente e organizativa, ou seja, educativa, isto é, intelectual”. Continuando: “Existem - segundo Gramsci - dois tipos de intelectual. Em primeiro lugar, temos o ‘intelectual orgânico’, que surge em estreita ligação com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico, e cuja função é dar homogeneidade e consciência a essa classe, ‘não apenas no campo econômico, mas também no social e político’; e, em segundo, temos os intelectuais tradicionais, que - tendo sido no passado uma categoria de intelectuais orgânicos (por exemplo, os padres, em relação à nobreza feudal) - formam hoje, depois do desaparecimento daquela classe, uma camada relativamente autônoma e independente”.

o conceito.¹¹ A inspiração em Lênin fica clara, principalmente na leitura da obra de Luciano GRUPPI (1978; 05):

O que entende Gramsci quando fala de hegemonia, referindo-se a Lênin? Gramsci entende a ditadura do proletariado. (...) Gramsci fala de princípio teórico-prático, de teorização e realização da hegemonia, ou seja, da Revolução de Outubro e da ditadura do proletariado. (...) A ditadura do proletariado é a forma política na qual se expressa o processo de conquista e de realização da hegemonia. Com efeito, escreve ele (Gramsci) ainda: “o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora”. A hegemonia é a capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia.

A hegemonia a que se refere Lênin é, segundo a maioria dos pesquisadores, uma hegemonia – ditadura do proletariado. Para Gramsci, ao contrário, hegemonia é a conquista do consenso, ainda que, no plano da sociedade política, possa expressar-se na ditadura proletariado. Hegemonia é direção cultural e ideológica, é ético-política. É esta compreensão ampliada e desenvolvida de hegemonia que é original, e central na construção teórica de Gramsci, é a ela que Carlos Nelson Coutinho refere-se como “problema central”.¹²

Hugues Portelli, inspirado no já citado Luciano Gruppi, insiste em que é preciso conhecer os pontos de convergência na idéia de hegemonia em Lênin e Gramsci. Ele considera que quatro pontos de convergência podem ser mencionados, sem receio. Um primeiro ponto comum aos dois é a base de classe da hegemonia. Ambos são categóricos em afirmar que a direção e a dominação do bloco histórico têm um caráter **de classe**, pois a condição hegemônica do grupo dirigente não pode ser dissociado do papel que este exerce na atividade econômica. Portelli indica, a seguir, uma

¹¹ “Antes dos *Quaderni*, a noção de hegemonia não era praticamente utilizada na literatura marxista. Entretanto, é o próprio Gramsci que recusa a paternidade desse conceito, embora frisando sua importância.” (PORTELLI:1977; 61.)

¹² “O problema da hegemonia, da conquista do consenso, torna-se já aqui o problema central da estratégia gramsciana de transição para o socialismo.” (COUTINHO: 1999; 68.)

coincidência na compreensão da organização intelectual da hegemonia, com a importância dada ao partido.¹³ O terceiro item coincidente em que as noções de hegemonia dos dois autores seria a importância dada à base social, à constituição de aliança com outras classes oprimidas. Tanto para Lênin quanto para Gramsci, um envolvido com uma Rússia ainda fortemente agrária e o outro, com o Sul camponês da Itália, essa classe é necessariamente o campesinato: os explorados da cidade em aliança com os explorados do campo. Um último ponto de concordância é o papel que deve ter a classe operária na Revolução Burguesa, deve-se manter à espreita? Ou deve tentar ampliar ao máximo sua base, já preparando uma futura revolução proletária? Tanto Lênin quanto Gramsci optam pela segunda alternativa: quanto mais cedo o proletariado aumentar sua influência, ampliar as bases de sua hegemonia, melhor.

A conquista da hegemonia, fica claro, é o grande desafio da classe operária. Só a conquista da hegemonia operária levará à construção do socialismo. Mas hegemonia não se conquista de assalto, embora tal estratégia possa ajudar. A conquista do aparelho estatal em uma sociedade ocidental¹⁴ dificilmente será condição suficiente para a conquista da hegemonia e para a construção do socialismo. A hegemonia se constrói no seio da sociedade civil. A sociedade civil é, em Gramsci, um espaço que compõe o que mais tarde será chamado por Buci-Glucksmann (1980) de “Estado Ampliado”, mas que é claramente diferenciado do aparelho estatal, melhor, da sociedade política. São as instituições privadas, como a Igreja, as escolas, os sindicatos.

Para isso, a classe operária deve tornar-se uma classe nacional, ou seja, não pode apegar-se às suas reivindicações específicas, deve ter sensibilidade para diagnosticar e defender as reivindicações das demais classes, de toda a sociedade. Luciano Gruppi define o conceito de hegemonia em Gramsci levando em consideração estes aspectos: “A hegemonia é isto: de-

¹³ Já mencionamos a importância dos intelectuais em Gramsci para a manutenção ou rompimento da ligação orgânica entre estrutura e superestrutura, dentro do bloco histórico. O partido político exerce uma função semelhante à do intelectual, tanto que é chamado “intelectual coletivo”. Em Gramsci, há uma certa ênfase na função educativa dos intelectuais e do partido.

¹⁴ Gramsci faz uma importante diferenciação entre Ocidente e Oriente, que aqui não se referem a localizações geográficas, embora nelas se inspirem, mas às condições de desenvolvimento econômico e social encontradas em países avançados e em países ditos atrasados do ponto de vista do capitalismo do início do século XX.

terminar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo” (GRUPPI: 1978; 59).

Vale lembrar que a conquista da hegemonia não se confunde com uma revolução passiva, não é, de modo algum, um transformismo ou reformismo o que Gramsci está propondo. Em todo momento, o que Gramsci propõe é que o operariado assuma a frente, passe a conduzir a história da sociedade. Não é algo imposto, trata-se de algo coordenado, algo que frutifica no seio da opressão. A organização operária é fundamental, também a consciência daquilo que se está fazendo e do que se está prestes a fazer; do contrário, a luta operária nunca vai transcender os limites dos interesses particulares da classe obreira, e nunca poderá transformar-se em classe nacional e em classe dirigente.

Neste quadro, é importante que a classe operária tenha seus próprios intelectuais, que lhe dêem a consciência de sua função, que lhe ajudem a determinar suas ações. Ser um intelectual orgânico, para Gramsci, é exercer uma função dirigente, é auxiliar a classe que se propõe a ser dominante a difundir sua ideologia no seio da sociedade que ela pretende dirigir.

Os intelectuais não formam uma classe social, fica evidente. Diferentes intelectuais pertencem a diferentes classes sociais. Neste sentido, Gramsci faz uma dura crítica a Benedetto Croce, por ter, ao abrir as portas da intelectualidade européia à intelectualidade italiana, feito com que esta perdesse seu contato com suas “bases”, em especial no Sul, minando boa parte das chances de uma intelectualidade genuinamente nacional, que levasse em consideração as questões da Itália e que pudessem servir como intelectualidade orgânica na conquista da hegemonia pelo proletariado de seu país.¹⁵

¹⁵ “Como líder intelectual do liberalismo italiano, Croce fez muito para que aumentasse a distância entre as classes educadas e o povo, para evitar o desenvolvimento de uma nova cultura proletária. Seu anticatolicismo e seu antimarxismo (ou melhor, seu acentuado revisionismo) davam-se as mãos; o primeiro havia separado a inteligência dos camponeses e o último, da classe trabalhadora. (Como líder intelectual del liberalismo italiano, Croce hizo mucho por aumentar la distancia entre las clases educadas y el pueblo, para evitar el desarrollo de una nueva cultura proletaria. Su anticatolicismo y su antimarxismo (o más bien su pronunciado revisionismo) se daban la mano; el primero habia separado a la intelligentsia del campesinato y el último de la clase trabajadora.” (KOLAKOWSKY: 1997; 239-240.)

O partido político deve assumir uma posição de intelectual na conquista da hegemonia, na medida em que é um lugar de reflexão ideológica e que deve atuar de maneira educativa, no sentido de aumentar a influência ideológica do proletariado: “A formação de uma vontade coletiva liga-se organicamente ao que Gramsci chama, repetidas vezes, de ‘reforma intelectual e moral’. O partido não luta apenas por uma renovação política, econômica e social, mas também por uma revolução cultural, pela criação e desenvolvimento de uma nova cultura” (COUTINHO: 1999; 172.)

4. Democracia, ideologia e hegemonia

Gramsci apresenta a idéia de conquista da hegemonia como forma de construção do socialismo como um avanço democrático. Expliquemos melhor o que ele pretende. Ora, a hegemonia desenvolve-se primordialmente no espaço da sociedade civil, espaço este em que as batalhas acontecem eminentemente no plano cultural e intelectual (o que explica a importância que Gramsci confere aos intelectuais na construção do socialismo); ao passo que, se se pretende construir o socialismo através da conquista da sociedade política, do aparelho estatal, em primeiro lugar, a batalha dá-se no mais das vezes no plano da coerção. Portelli é bastante didático:

O estudo do papel e das relações entre estrutura, sociedade civil e sociedade política no seio do bloco histórico levaram a afirmar o caráter essencial da dicotomia estrutura – sociedade civil. Essa primazia traduz-se, na prática, pela noção de hegemonia: “O nível da sociedade civil corresponde à função de ‘hegemonia’ que o grupo dirigente exerce em toda a sociedade”. Em tal sistema, a classe fundamental ao nível estrutural dirige a sociedade pelo consenso, que ela obtém graças ao controle da sociedade civil; esse controle caracteriza-se, particularmente, pela difusão de sua concepção de mundo junto aos grupos sociais, tornando-se assim, “senso comum”, e pela constituição de um bloco histórico homogêneo, ao qual cabe a gestão da sociedade civil.

Esse controle ideológico dos outros grupos tem por conseqüência enfraquecer o papel da sociedade política e, assim, da coerção. É nessa medida que a hegemonia é qualificada por Gramsci de democrática. (PORTELLI: 1977; 67-68.)

O consenso é, portanto, uma forma diferente de atingir e viabilizar a direção de uma sociedade. A coexistência e integração sociedade civil e sociedade política, como Estado Ampliado, vai mostrar que Gramsci não despreza a conquista do espaço do aparelho estatal, apenas é contundente em defender que esta não é uma etapa determinante da construção do socialismo, pelo menos não no Ocidente.

5. Ocidente e Oriente — guerra de posição e guerra de movimento

Como já se afirmou anteriormente, Ocidente e Oriente não são explicações geográficas, nas palavras de COUTINHO (1999; 481): “Ocidente e Oriente não são conceitos geográficos, mas indicam diferentes tipos de formação econômico-social, em função sobretudo do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado (...)”. Esta distinção é importante porque, a partir dela, Gramsci afirma que o socialismo não pode ser construído da mesma forma nos países com uma sociedade civil forte e nos países com uma sociedade civil frágil. Nos primeiros, só a hegemonia é capaz de viabilizar o socialismo, porque a sociedade política tem poder político e social insignificante em relação ao da sociedade civil, o que faz com que só haja transformação verdadeira se o verdadeiro *locus* do poder, a sociedade civil, for alcançado. Já nos países onde a sociedade civil é mais frágil, o aparelho estatal é mais importante estrategicamente.

Significa que a teoria de Gramsci só se aplica aos países “ocidentais”? Não, até porque Gramsci considera que a tendência é que os países orientais transformem-se em países ocidentais (o que acaba conferindo universalidade à sua estratégia de construção do socialismo); mas significa que são situações fundamentalmente diferentes, que exigem estratégias distintas de atuação. Além disso, esta diferença explica porque a revolução socialista fracassou sistematicamente em países com forte sociedade civil. Mas quais são estas estratégias? Para o Ocidente, guerra de posição, ocupação estratégica e gradual dos espaços; para o Oriente, guerra de movimento, tomar de assalto o poder. Vejamos:

Nas formações orientais, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma “guerra de movimento” ou “de manobra”, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no Ocidente, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (“guerra de posição”), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e sua posterior conservação. (COUTINHO: 1999; 147.)

A guerra de posição é uma necessidade para a modernidade ocidental. A sociedade para a qual Gramsci escreve é muito diferente da sociedade que Marx analisou do ponto de vista da organização social e, em especial, da organização operária. Além disso, nestas sociedades, só a guerra de posição traz uma conquista definitiva.

Esta me parece a questão de teoria política mais importante posta pelo pós-guerra e a mais difícil de resolver concretamente. Ela está ligada às questões levantadas por Bronstein, que, de um modo ou de outro, pode ser considerado o teórico político do ataque frontal num período em que este é apenas causa de derrotas. (...) A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas da população; por isso é necessária uma concentração inaudita de hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais “intervencionista”, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a “impossibilidade” de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, etc., reforço das “posições” hegemônicas do grupo dominante, etc. Tudo isto indica que se entrou numa fase culminante da situação política-histórica, porque na política a “guerra de posição”, uma vez vencida, é definitivamente decisiva. (GRAMSCI: 1999b; 255.)

6. Estado ampliado

Em Gramsci, Estado e sociedade civil são conceituados diferentemente do que são em Marx. Marx trabalha com um Estado que é principalmente coerção, força mantenedora da estrutura econômica capitalista,¹⁶ e identifica a sociedade civil como infraestrutura econômica. Gramsci

¹⁶ “A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão porque ele só existe *quando e enquanto* existir essa divisão (que decorre, por sua vez, das relações sociais de produção); e a *função* do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade.” (COUTINHO: 1999; 123.)

traz uma grande inovação: vem dizer que, na verdade, o Estado não é apenas coerção; que, ao contrário, é reunião do aparelho estatal coercitivo com a sociedade civil, aqui não mais identificada à estrutura econômica, mas ligada ao momento superestrutural, composta pelo que o autor chama de “aparelhos privados de hegemonia”.

Carlos Nelson Coutinho lembra-nos que a visão de Marx sobre o Estado e a sociedade civil está plenamente de acordo com a sociedade em que vivia. O Estado que Marx conheceu era exatamente um Estado opressor, cuja principal função era manter os cidadãos sob controle por meio da força; em seu tempo, a participação popular na vida política era reduzida e marginal, o que dificulta qualquer compreensão aproximada à que Gramsci trará décadas depois (COUTINHO: 1999; 125.)

No mundo de Gramsci, o aparelho estatal já evoluiu muito, e a participação popular na vida política cresceu vertiginosamente desde a época de Marx. Surgem os partidos de massa, os grandes sindicatos... A sociedade civil torna-se, então, na teoria de Gramsci, extremamente importante. É, de fato, o elemento crucial de sua estratégia de construção do socialismo, dado que é a base material da hegemonia.

A teoria do Estado de Gramsci reconhece um Estado Ampliado, que abrange o que tradicionalmente se entende por Estado, o aparelho estatal em si, que também é referido por sociedade política e sociedade civil. Recorrendo mais uma vez a Carlos Nelson Coutinho, tem-se uma boa explicação:

Portanto, o Estado em sentido amplo, com novas determinações, comporta duas esferas principais: a sociedade política, que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização da cultura, etc. (COUTINHO: 1999; 127.)

Ensina ainda o prof. Coutinho que a grande inovação de Gramsci consiste em ter dotado a hegemonia de uma base material própria: “Gramsci registra aqui o fato novo de que a esfera ideológica, nas socie-

dades capitalistas avançadas, mais complexas, ganhou uma autonomia material (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido restrito” (COUTINHO: 1999; 129).

O Estado gramsciano reúne exatamente as duas esferas que devem ser dominadas pelo proletariado para implementação do socialismo: direção/hegemonia e a dominação/coerção. Uma classe que controle a sociedade política sem ser hegemônica dificilmente conseguirá manter-se por muito tempo, a não ser que efetivamente consiga utilizar o aparelho estatal de forma eficaz para espalhar sua ideologia e conquistar a hegemonia. Por isso, também, que Gramsci diz que é possível ser classe dirigente sem ser dominante, e que esse é um importante passo para se alcançar a sociedade política; ao passo que ser classe dominante e não ser classe dirigente, ou seja, controlar o aparelho estatal e não ser hegemônico, é conduzir uma ditadura.

A inclusão que Gramsci propiciou da sociedade civil no Estado é, de fato, marcante, com conseqüências riquíssimas para o desenvolvimento da teoria política ulterior. A sociedade capitalista mesma tem-se beneficiado das contribuições teóricas de Gramsci (apropriação dos reformistas ou batalhas ganhas na guerra de posição?). No desenho do Estado brasileiro, em fins do século XX, nota-se a influência do pensamento de Gramsci, em especial no que diz respeito à criação e importância dos conselhos.

7. Fim do estado e sociedade regulada

Como foi exposto acima, a teoria do Estado de Gramsci apresenta algumas inovações significativas em relação àquilo que Marx desenvolveu. Mas Gramsci não discorda de pontos-chaves, como, por exemplo, a necessidade do fim do Estado, ao contrário do que alguns têm aventado. O filósofo da práxis entende, como ensina Christina Buci-Glucksmann, que o Estado passa por três momentos, um momento inicial no qual predomina o Estado-coerção, um momento transitório no qual o Estado se amplia, englobando sociedade civil e sociedade política (Estado que Gramsci identifica nas sociedades ocidentais), e, por fim, o momento em que a sociedade civil predomina, acabando por resultar no

fim de qualquer tipo de atividade estatal coercitiva, ou seja, resultando no fim do aparelho estatal clássico.¹⁷

O fim do Estado e o surgimento de uma sociedade regulada apresentam-se como um resultado quase que necessário da hegemonia da classe operária no Estado Ampliado. O Bloco Histórico formado a partir da classe operária como classe nacional e hegemônica é referido por Buci-Glucksmann como um bloco eminentemente político e cultural, ora, como explica a autora, essa característica resulta em uma sociedade capaz de autogovernar-se: “Bloco político e cultural, ao mesmo tempo que econômico, ele exige uma relação orgânica entre povo e intelectuais, governantes e governados, dirigidos e dirigentes. A revolução cultural, enquanto adequação permanente da cultura e da prática, não é nem um luxo nem uma simples garantia: ela é uma dimensão própria do autogoverno das massas e da democracia” (BUCI-GLUCKSMANN: 1980; 362).

O fim do Estado apresentado por Gramsci é o fim do Estado burguês, movido a coerção e objetivando perpetuar a exploração. A sociedade regulada é o resultado do desenvolvimento da sociedade civil, de forma madura, sendo um tipo de organização democrática e popular.

8. Considerações finais

Antônio Gramsci desenvolveu e aperfeiçoou uma série de conceitos marxianos e marxistas,¹⁸ foi um homem envolvido com os problemas de sua época e de sua terra, um militante político, um intelectual, debateu com Croce, Lênin, Stálin, Lukács, Rosa de Luxemburgo, Bordiga, Sorel, Labriola e vários outros, em vários níveis e em diferentes situações. Principalmente, contribuiu definitivamente, como afirmamos no início deste trabalho, para

¹⁷ “A análise dos três momentos de uma correlação de forças, a passagem de um Estado pouco desenvolvido (econômico-corporativo) a um Estado integral, que assegure o desenvolvimento de superestruturas complexas, corresponde portanto às fases de construção de um Estado novo e está relacionada com os artigos do Ordine Nuovo sobre o Estado socialista como organizador de um consenso de massa.” No mesmo sentido: “Isso significa que a passagem de uma fase ‘produtivista’ inevitável a um Estado integral passa pela hegemonia e a perspectiva tendencial longínqua de um desaparecimento do Estado” (BUCI-GLUCKSMANN: 1980; 359).

¹⁸ Compreendendo-se por marxianos os conceitos elaborados pelo próprio Marx, e por marxistas os conceitos elaborados e/ou trabalhados por pensadores que o sucederam.

a atualização e o enriquecimento do marxismo, para que as idéias de Marx estivessem em consonância com as necessidades das pessoas do século XX.

Muitas vezes somos tentados a apontar esta ou aquela contribuição de Gramsci como a mais importante, a mais original, a base de todas as outras; trata-se, ainda bem, de um exercício inglório. O combate ao historicismo e ao economicismo é contribuição importantíssima para o debate da época de Gramsci, indispensável, até, para o posterior desenvolvimento do marxismo na Itália; a relação orgânica entre estrutura e superestrutura é fundamental para a compreensão da sociedade; a noção de hegemonia (inspirada em Lênin) é realmente revolucionária no que diz respeito a estratégias de transição para o socialismo e, embora seja plenamente coerente com os acontecimentos e o desenvolvimento da época, sem dúvida alguma a transcende. Para não falarmos no papel dos intelectuais, e na idéia de intelectual como dirigente, na percepção das diferenças existentes entre “Ocidente” e “Oriente” como argumento para o insucesso da Revolução nos países capitalistas, na teoria do Estado ampliado. Democracia e hegemonia necessariamente unidas: o consenso afasta a coerção e permite o exercício da democracia.

Sim, certamente é um processo de construção de ordem socialista muito diferente do que se viu implementado na realidade. E não se pode esquecer, em memória de Gramsci, que ele foi um combatente, ainda que encarcerado e a distância, de Stálin, o homem que lançou as bases da deturpação do marxismo. O que Gramsci propõe é um processo democrático e pluralista, adequado à realidade dos países com sociedade civil forte e participativa, para a construção de uma sociedade efetivamente democrática, pluralista e justa.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____, MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 2 v. Brasília: UnB, 1995.

- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 1993.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. Socialismo e democracia: a atualidade de um pensamento. In: AGGIO, A. (Org.). **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. v. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a.
- _____. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel, Notas sobre o estado e a política. v. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.
- GRUPPI, L.. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- KOLAKOWSKI, L. **Las principales corrientes del marxismo**. Madrid: Alianza Editorial, s/d.
- MARX, K. **O 18 brumário e as cartas a Kugelman**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2000.
- MACCIOCCHI, M. **Gramsci y la revolución de occidente**. Siglo veintiuno, 1977.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.